



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1863618 - AP (2020/0045574-4)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
RECORRIDO : J E D P  
ADVOGADO : EDIVAN SILVA DOS SANTOS - AP001791

### DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, com fulcro no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL PENAL. SONEGAÇÃO TRIBUTÁRIA. ART. 1º, I, DA LEI 8.137/90. CAUTELAR DE SEQUESTRO DE BENS. FIXAÇÃO DO VALOR MÍNIMO DE INDENIZAÇÃO PARA REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS PELA INFRAÇÃO PENAL. APLICAÇÃO DO DECRETO-LEI N. 3.240/41. IMPOSSIBILIDADE. OCORRÊNCIA DOS FATOS ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI 11.719/2008. AUSÊNCIA DE MODIFICAÇÃO FÁTICA E JURÍDICA DO PEDIDO FORMULADO NA AÇÃO PRINCIPAL. RECURSO DE APELAÇÃO NÃO PROVIDO.

1. O sequestro constitui medida cautelar de natureza patrimonial, consubstanciado em ato de constrição que demanda razoável parcimônia, ainda que fundado no Decreto-Lei 3.240/41, em razão das garantias constitucionais do devido processo penal. Do requerimento realizado em cota na ação penal principal ao presente pleito nesta ação cautelar, não vislumbro modificação fática e jurídica apta ao deferimento da medida.

2. A questão da garantia do pagamento do tributo sonegado parece se adequar, em princípio, à hipótese de fixação do valor mínimo de indenização para reparação dos danos causados pela infração penal (art. 387, IV, do CPP). Todavia, vale rememorar que os fatos ocorreram antes do início da vigência da Lei n. 11.719, de 20 de junho de 2008, que previu uma *vacatio legis* de 60 (sessenta) dias, de modo que não são alcançados pelo novel dispositivo, considerando que a reparação dos danos possui índole predominantemente de direito material penal.

3. A garantia fundamental da não retroatividade da lei penal (art. 5º, XL, da Constituição Federal) impede a aplicação da lei nova que institui a possibilidade de fixar em face do infrator da lei penal também um valor mínimo para reparação dos danos causados. Não há, portanto, *fumus boni iuris*. E no tocante à garantia do pagamento de multa e custas processuais, o deferimento da medida cautelar, neste momento, acabaria subvertendo a presunção de não culpabilidade, sendo certo que no caso de condenação criminal transitada em julgado, aqueles valores, se inadimplidos, serão considerados dívidas de valor e remetidos à Fazenda Pública para inscrição em dívida ativa.

4. Manutenção da r. decisão recorrida.

5. Recurso de Apelação não provido." (e-STJ, fls. 46-47)

Os embargos de declaração opostos pela acusação foram rejeitados (e-STJ, fls. 63-67).

Nas razões recursais (e-STJ, fls. 70-80), o recorrente aponta negativa de vigência dos arts. 1º e 3º do Decreto-Lei n. 3.240/1941. Afirma que o Tribunal de origem, ao entender ser necessária a demonstração do *fumus boni iuris*, estabeleceu requisito não contemplado dentre os necessários ao deferimento da medida cautelar de sequestro. Acrescenta que os demais

encontram-se satisfeitos. Requer o provimento do recurso.

Contrarrrazões apresentadas (e-STJ, fls. 103-106) e admitido o apelo excepcional (e-STJ, fls. 110-112), os autos foram remetidos a esta Corte Superior.

O Ministério Público Federal opina pelo prejudicialidade do apelo nobre (e-STJ, fls. 124-126).

**É o relatório.**

Decido.

Consoante pontuado pelo Ministério Público Federal, a análise do recurso encontra-se prejudicada, pela perda de objeto.

De acordo com as informações extraídas da página eletrônica do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, foi proferida sentença em 17/12/2017, julgando improcedente a ação penal n. 0001968-19.2017.4.01.3100 e absolvendo o réu da imputação da autoria do tipo penal previsto no art. 1º, I, da Lei n. 8.137/1990, nos termos do art. 386, III e VII, do Código de Processo Penal. O trânsito em julgado foi certificado em 27/4/2018.

Logo, é manifesta a ausência de interesse de agir do órgão ministerial no apelo nobre sob exame.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XI, do Regimento Interno do STJ, **julgo prejudicado** o recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator